

# Fórum de Discussão Temática #3: «Transparência e Acesso à Informação»

*Cocriação e desenvolvimento do II Plano de  
Ação Nacional de Administração Aberta*

Documento da transcrição

**DATA:** 11 dezembro 2020

**HORA:** 15h00 – 16H00



---

## Índice

Notas Importantes.....	3
Fórum de Discussão Temática #3: "Transparência e Acesso à Informação" .....	4



---

## Notas Importantes

1. É utilizada a menção [inaudível] quando é impossível perceber o que é dito devido a interferências/falhas do áudio.
2. É utilizada a menção [impercetível] quando é impossível perceber o que é dito devido ao discurso do orador (sotaque, forma de falar, interrupção, etc.).
3. Aquando da marcação da inaudibilidade e impercetibilidade é indicado o tempo a que tal corresponde.



## Fórum de Discussão Temática #3: “Transparência e Acesso à Informação”

[De 00:00:00 a 01:10:40]

**Daniel Santos:** Portanto a *Open Government Partnership*, ela foi criada em... ou foi fundada em dois mil e onze pelos governos de oito países, e cujo objetivo era promover a administração. Uma administração mais acessível, mais responsável, reativa e inclusiva. No âmbito geral queriam melhorar ou querem, pretendem melhorar a relação entre o estado e o cidadão. Os membros da OGP que podem ser tanto a nível local como a nível nacional, e são mais de oitenta atualmente, ao juntarem-se à OGP assinam uma declaração de admissão aberta que está assente nestes quatro princípios: promover a transparência, dar mais poder aos cidadãos, combater a corrupção, e utilizar as novas tecnologias para potenciar a relação entre o estado e o cidadão. Em Portugal a OGP existe desde dois mil e dezassete, final de dois mil e dezassete, está agora a fazer três anos, e é coordenado pela AMA, pela associação para a modernização administrativa. E promove naturalmente a abertura da administração pública portuguesa à sociedade civil através da concretização dos planos de ação nacional. É um fórum de uma forma multilateral e colaborativa e estabelece esses compromissos. E para implementar estes compromissos e o plano de ação nacional são usadas abordagens de cocriação com os cidadãos e a sociedade civil em processos participativos e de consulta pública. Para ajudar à execução destes planos de ação foi constituída a Rede Nacional da Administração Aberta, que é composta por dez membros, integra representantes da administração pública e da sociedade civil e que visa desenvolver, coordenar, executar e supervisionar estes planos de ação. Estes são os membros, eu não me vou alongar, toda esta informação está disponível no portal da OGP Portugal. Só dar-vos também uma pequena nota sobre o primeiro plano de ação nacional que foi concluído em agosto, em final de agosto deste ano. O objetivo foi obviamente também promover a transparência e a prestação de contas e participação pública, e foram inscritos nele oito compromissos, obtendo uma taxa de execução global de sessenta e sete e quatro desses compromissos foram executados na sua totalidade. O relatório de autoavaliação foi também publicado, esteve presente durante algumas semanas aberto a consulta pública, recebemos vários contributos e encontram-se quer o relatório quer esses contributos também publicados no portal para consulta pública. A consulta e os processos participativos visam um pouco esta dinâmica em que se recolhe junto dos cidadãos da sociedade civil as suas visões, perceções, desejos, também frustrações, para que depois em colaboração com essa mesma sociedade civil se torne uma decisão e que depois seja concretizada em planos de ação específicos. Isto é uma pequena nota sobre a autoavaliação que foi feita e a consulta pública, houve vários momentos de envolvimento de cidadão e da sociedade civil. Destaca-se um *webinar* organizado em parceria com a PASC em que participaram vários cidadãos e se identificaram estes cinco desafios à participação cívica. Dizer-vos que estatisticamente Portugal tem índices que poderiam ser melhores a nível de participação cívica. Então para... há essa necessidade de elevar os índices de participação cívica, há também a necessidade de colocar o cidadão no centro da



ação da administração aberta, de aumentar também o nível de literacia digital, de melhorar a relação entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, e de incentivar... nem por acaso Luís Bernardo incen/... [corte na gravação 00:04:07] de dados abertos. Isto foram algumas das sugestões referidas pelos cidadãos que participaram neste processo de consulta pública. Fizemos também um... um... um inquérito junto dos membros da rede nacional de administração aberta para que identificassem temas que considerassem relevantes e prioritários para incluir num segundo plano. Partindo dos quatro temas que estiveram inscritos no primeiro plano estes foram os sete temas identificados: Direitos dos interessados à informação. Tema número dois, administração eletrónica ou serviços públicos digitais. O tema número três, dados abertos. O quatro, a participação pública. Em quinto, transparência e acesso à informação. O sexto, a utilização das tecnologias da informação e comunicação e inclusão digital. E o sétimo, reforço da transparência e da... na contratação pública. Eles não estão por ordem nenhuma específica, estão assim ordenados só porque vieram assim também do inquérito. E sem mais demora também dizer-vos que está a decorrer, está a terminar aliás, um inquérito público para identificar áreas temáticas e ideias com potencial para o segundo plano de ação. É muitíssimo importante que as pessoas que estão aqui a participar neste fórum participem também neste inquérito. O inquérito demora cinco minutos no mínimo a preencher, tem duas perguntas, as pessoas depois podem fazer sugestões em perguntas abertas e poderá demorar um bocadinho mais, mas é um inquérito bastante orientado. Tem uma primeira parte que fala precisamente desses sete temas em que pede às pessoas para organizar esses sete temas por ordem de prioridade, e depois tem uma segunda parte com temas recorrentes no... na... em matérias de administração aberta e pede às pessoas também para classificar por ordem de importância. E, sem mais demoras, gostaria então de apresentar os nossos oradores que irão abordar o tema da transparência e o acesso à informação. Tem uma... uma apresentação biográfica que acho que conseguia pô-la num *tweet*, e eu tenho a certeza que eles próprios conseguirão apresentar-se muito melhor e com mais propriedade. Mas basicamente temos a Karina Carvalho que é diretora executiva da transparência e integridade, é formada em sociologia e pós-graduada em estudos da globalização, migrações, interetnicidade e transnacionalismo. É profissional certificada também em ética e conformidade internacional e está na Transparência Integridade desde dois mil e dezasseis. Correto Karina? Onde já... onde já teve várias funções. O Luís Bernardo é Investigador, consultor e doutorado em sociologia pela... eu não consegui pronunciar o nome do instituto, pela universidade de Berlim, e eu peço depois ao Luís Bernardo que me corrija e que diga como é que se pronuncia corretamente o nome do instituto. É mestre também em política comparada pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, e é especialista em políticas públicas e capacitação institucional e também dados abertos e é por isso que aqui está. Passo-vos então a palavra, mas antes sem referir que estamos também a criar esta *pool* de cidadãos, pessoas que vão acompanhar a administração aberta, e precisamos muito não só que se inscrevam, mas que nos ajudem a divulgar esta mensagem para de facto melhorar a relação entre o Estado e o cidadão. Muito



bem, passo-vos então, vou parar aqui a minha apresentação e passo-vos então a... a palavra a Karina e Luís, é agora convosco, muito obrigado.

**Luís Bernardo:** OK, boa tarde a todas e a todos. Antes de mais quero fazer uma... uma declaração, o nome do... o nome da universidade é Humboldt de Berlim, não... é como às vezes o alemão tem os tremas e essas coisas estranhas parece que se torna muito difícil dizer, mas é só isso. E também queria dizer que não sou propriamente especialista em dados abertos, sou... sou interessado, até porque outra declaração sou doutorado em sociologia e o tipo de método que eu prefiro usar é um método fundamentalmente qualitativo e os dados abertos têm uma... têm um verniz técnico bastante forte. Mas eu também é uma... é uma das coisas que eu quero levantar aqui é... é o excessivo enfoque técnico da questão dos dados abertos, e em cinco minutos acho que consigo fazer isso. Karina não sei... não sei como é que... se preferes começar?

**Karina Carvalho:** Sim, se calhar fazia um enquadramento muito breve.

**Luís Bernardo:** Pois. Hum, hum.

**Karina Carvalho:** E falaria do acesso à informação e depois passo para ti e para os dados abertos.

**Luís Bernardo:** OK.

**Karina Carvalho:** Porque é mais denso e acho que assim abrangemos todo... todo o espectro de questões que normalmente se colocam, pelo menos a nível internacional e que felizmente aqui em Portugal já se vão copiando. Boa tarde a todos, agradecer o convite que nos foi endereçado pela AMA no âmbito da rede nacional de administração aberta que integramos também com... com muito orgulho. E explicar porquê que a transparência integridade que é como o Daniel disse a representante da *Transparency International* em Portugal, tem como... como prioridade no seu trabalho o governo aberto, não é? E a administração aberta. Para quem não sabe a *Transparency International* é também membro da OGP, digamos do pilar da sociedade civil, é um membro muito ativo, e os compromissos que estão definidos pela *Open Government Partnership* no domínio anticorrupção são compromissos que naturalmente foram desenvolvidos em estreita articulação com a *transparency international*. São na realidade três compromissos na área da contratação pública, outro na área da prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo e da evasão fiscal, e o terceiro no domínio da integridade política, portanto, na integridade na vida política. Nós, a associação foi fundada em dois mil e dezasseis e o primeiro trabalho que fizemos quando a associação foi lançada foi desenvolver uma avaliação ao sistema nacional de integridade. Digamos que é um diagnóstico que nos permitiu enquanto organização cívica estruturar o nosso trabalho, mas também diagnosticar as principais debilidades que existiam no país em termos de integridade e em termos de transparência, que são da verdade e de anticorrupção, que são a nossa área de foco. Nessa altura saiu um *policy brief* assinado até pelo... pelo Luís Bernardo, e uma das recomendações que se fazia era a adesão de Portugal ao *Open Government Partnership*. Esperamos alguns anos que isso... para que isso sucedesse,



mas conseguimos, conseguimos finalmente há cerca de... de dois anos e, portanto, não poderíamos deixar de participar na rede depois do repto que... que nos foi colocado, e esperamos que estas iniciativas, estes fóruns tragam outras ONG, outras... outros movimentos sociais, porque nós somos especialistas sobretudo no combate à corrupção, não é? E da área de integridade, mas não dominamos outras áreas e não somos, de forma nenhuma, representantes da sociedade civil. Eu costumo dizer que nós somos cidadãos organizados e é... e é só aqui. O nosso trabalho nesta área específica da transparência acho que o mais conhecido é o índice de transparência municipal. E o índice de transparência municipal foi um exercício que começámos a desenvolver em dois mil e treze e que infelizmente por falta de fundos e de tecnologia ajustada tem sido difícil retomar nos últimos dois anos, e que na realidade o que fazia era avaliar a quantidade e a qualidade da informação disponibilizada pelos *websites* dos municípios. Nós gostamos de acreditar, e também o dizemos com um disfarçável orgulho, que há um antes e um depois do ITM nessa matéria. Porque as pessoas começaram a perceber que aceder à informação rapidamente e informação de qualidade é essencial ao exercício da cidadania. E, portanto, a terminar hoje o festival transparente que é este festival que nós celebramos anualmente para assinalar o dia internacional contra a corrupção e o dia internacional dos direitos humanos com esta conversa, que eu espero que seja animada, é... é faz todo o sentido. E, portanto, assim sem... sem mais delongas nós depois podemos explicar alguma coisa que entendam... que entendam necessário. Eu vou começar por...

**Daniel Santos:** Karina acho que carregou no *space* e ficou em silêncio.

**Karina Oliveira:** OK. Foi mesmo isso.

**Daniel Santos:** Obrigado.

**Karina Oliveira:** E eu agora estou a tentar ver como é que eu consigo avançar o *powerpoint*, mas pronto eu acho que vou conseguir.

**Daniel Santos:** E perdemos... perdemos também a sua partilha do... do ecrã. Terá que... obrigado.

**Karina Oliveira:** OK. Já está?

**Daniel Santos:** Sim.

**Karina Oliveira:** Já estão a ver?

**Daniel Santos:** Sim, sim agora já.

**Karina Oliveira:** Pronto, uma das coisas que nós dizemos é que o acesso à informação e os mecanismos de governo aberto que falaremos um pouco adiante, eles não são apenas um direito. Eles não são apenas um direito, mas também são um processo transversal de educação cívica e uma nova forma de governo em que os cidadãos têm acesso simplificado à informação e são apetrechados com as ferramentas necessárias para transformar essa informação em conhecimento, melhorando a sua capacidade de intervenção no dia-a-dia da comunidade a que pertencem. Portanto, são ferramentas de



capacitação cívica a mais do que simplesmente o *compliance* legal que normalmente se associa a estas... estas dinâmicas. Eu vou-vos falar especificamente do acesso à informação e depois o Luís Bernardo agarrará a temática dos dados abertos. Em Portugal nós temos a Lei de Acesso à Informação Administrativa Ambiental, mais conhecida por LADA, a lei vinte e seis de dois mil e dezasseis de vinte e dois de agosto, portanto, já tem... já tem alguns anos. E esta lei basicamente o que estabelece é o direito aos cidadãos de acederem a informação de natureza administrativa e ambiental, em... com determinados pré-requisitos que estão expressos na lei, de fora ágil e... e sempre que a requeiram. Ela serve na verdade para isto que eu acabei de dizer, portanto, garante que todos podemos pedir explicações ao Estado e que exercemos a cidadania com responsabilidade e sentido crítico. Ou seja, não é pedir tudo e mais alguma coisa, é pedir aquilo que é importante para nós percebermos por exemplo como é que os recursos públicos estão a ser gastos, como é que determinados licenciamentos são efetuados, como é que determinadas decisões políticas e de administração pública são tomadas, e com que fundamentos. Demasiadas vezes, dizemos nós, aceitamos as decisões que nos são comunicadas por entidades públicas sem cuidado de perceber o que as sustentaram, ao mesmo tempo que produzimos juízos de valor não fundamentados. Com isso perde a democracia e ganha o populismo. Nesta altura em que vivemos é fundamental garantir que o discurso da transparência e o discurso anticorrupção não seja tomado por uma agenda que é em si mesmo contrária à transparência e contrária ao combate à corrupção. Por isso é que para nós isto também é fundamental. A CADA é A Comissão de Acesso a Documentos Administrativos, sob a dependência da Assembleia da República, e que tem como missão velar pelo cumprimento da LADA, não é? Da Lei de Acesso à Informação Administrativa E Ambiental, e que na realidade noventa por cento do tempo da CADA é dedicado a apreciar as queixas em caso da falta de resposta das entidades públicas que deveriam de uma forma proactiva libertar essa... essa informação. Ora no âmbito do primeiro plano nacional de administração aberta como o Daniel explicitou, foi introduzido um compromisso, nós iniciamos esse processo e... e felizmente o compromisso foi inscrito. E o compromisso trata-se, na verdade, de implementar e monitorizar a aplicação da LADA. Temos algumas atividades que estavam inscritas nesse compromisso, nomeadamente nomeação e identificação do trabalhador responsável pelo acesso à informação administrativa e ambiental, isto é obrigatório. Assim de uma forma muito, muito genérica diria que é o equiparável ao responsável pela proteção de dados pessoais, e falaremos mais à frente, mas a verdade é que nem todas as entidades obrigadas têm, têm esta pessoa disponível para prestar esta informação, raramente não. Listagem e publicitação das tipologias de informação e dados produzidos e geridos por cada entidade pública elegível no portal dados.gov, o Luís Bernardo falará sobre isso um bocadinho mais à frente. E disponibilização de meta dados, o Luís também falará. E disponibilização de informação sobre políticas e práticas de acesso à informação relativas a entidades públicas e agentes públicos, com boas práticas no âmbito do acesso à informação, e com tempo médio de disponibilização de informação. O que é que isto significa? Significa que para nós as entidades obrigadas devem prestar conta sobre a forma como estão a cumprir a lei. Este compromisso e... e a nossa campanha em prol da





transparência e do acesso à informação tem na realidade quatro objetivos: Um é o *compliance* legal, parece-nos evidente que existindo um regime que ele deve ser cumprido escrupulosamente. O segundo objetivo, proatividade na disponibilização de informação de interesse público, ou seja as próprias entidades obrigadas, as entidades públicas, devem proactivamente libertar essa informação e não estarem a libertá-la de forma reativa, ou seja quando alguém a pede ou quando são obrigadas pela LADA a fazê-lo, ou infelizmente quando entidades como nós têm que socorrer-se do Tribunal Administrativo para obrigar a publicitação de informação de interesse público que deveria existir à partida sem... sem necessidade de ser requerida. Depois naturalmente o reforço do bom governo através da transparência e da *accountability*. Quando nós dizemos bom governo é um governo aberto, mas sobretudo um governo responsável que presta contas atempadas e que se responsabiliza perante os cidadãos. E, fundamentalmente, o último objetivo é um objetivo de capacitação cívica, um pouco na sequência do que dizia há instantes. Se nós não tivermos cidadãos informados nós não temos cidadãos que reclamem uma democracia mais robusta, e com isso eu acho que nós perdemos todos. Assim, também de uma forma muito, muito sumária, até porque a ideia é nós discutirmos, os dados que encontram neste *slide* são os dados do último relatório publicado pela... pela CADA, está *online* na página de comissão. Portanto, sobre o número de processos que transitaram de dois mil e dezoito, os processos novos, reabertos, processos entrados no total. Como veem a CADA tem... tem bastante produção, mas há um dado que eu acho que é um dado interessante: quatrocentos e quarenta e um, destes processos que tiveram que ser de alguma forma analisados ou vistos pela comissão, foram arquivados por despacho do Presidente da CADA porque corresponderam disponibilização do acesso por parte de entidade requerida, em geral depois de convidada pela CADA a pronunciar-se sobre a queixa. Ou seja, a entidade obrigada, a entidade pública depois do primeiro contacto feito pela LADA, depois da queixa apresentada pela entidade que requereu ou pelo cidadão que requereu essa informação, decidiu libertar a informação e disponibilizá-la. Situações decorrentes de questões suscitadas fora do âmbito da competência da CADA e, portanto, não é informação administrativa ambiental que foi requerida e a CADA não pode manifestar-se a propósito. Queixas infundadas, intempestivas ou extemporâneas, portanto, requerimentos que foram apresentados à CADA sem sentido, dito assim de uma forma também muito leve e, ou então mera comunicação informal de esclarecimento sem necessidade de parecer, por já haver apreciação uniforme e reiterada da CADA. O que é que isto significa? Significa que, pelo menos para mim e para nós, a forma como se considera em Portugal o acesso à informação administrativa ambiental, quer da parte da oferta, quer da parte da procura, não está ainda suficientemente maturada. E, portanto, estes fóruns também são fóruns essenciais para nós discutirmos que informação é que nós precisamos, que informação de interesse público é que deve ser disponibilizada e como é que ela deve ser disponibilizada e, sobretudo, o passar também aquilo que é o nosso conhecimento do que acontece lá fora, mal ou bem, a Transparência e Integridade tem muito trabalho em ambiente internacional, com gente que sabe muito sobre acesso a informação e dados abertos e muito gostaríamos de continuar a fazer este tipo de encontros para



partilhar aquilo que vamos aprendendo com quem cá está dentro e, obviamente, partilhar também com aqueles que em Portugal, mais do que nós, ou tanto quanto nós, estudam estas matérias. E passaria já de seguida ao Luís Bernardo, esperando que possam, possa começar a ver.

**Luís Bernardo:** Bem, estou a ouvir isto com um bocadinho de eco, não sei, ah, se calhar, obrigada, Karina, talvez tenha sido por isso. Bem, eu não tenho uma apresentação detalhada como a da Karina, por alguma razão ela é a diretora executiva da Transparência e Integridade e eu não sou, não é? Para além de todas as outras questões, também tem a ver com isto. Como disse no início, eu estou longe de ser o especialista em dados abertos, no sentido técnico. Isto é, à medida, na realidade posso falar nestes poucos minutos que tenho, posso falar um bocadinho do nosso processo, processo de tomada de consciência, de que a governação aberta, o acesso à informação eram pilares do trabalho da Transparência e Integridade. Tudo isto começa com o Sistema Nacional de Integridade que começa em dois mil e dez, dois mil e onze, do qual eu fiz parte, trabalhei o pilar sociedade civil e na conclusão desse projeto surgiu esse *policy paper*, esse *paper* sobre dados abertos e acesso a informação. E, pronto, uma das propostas foi precisamente da adesão da república portuguesa ao *Open Government Partnership*. E desde então temos percorrido um caminho que já vem sendo longo, já lá vão oito anos e confesso que embora num primeiro momento me tenha interessado muito a questão técnica, porque como diz uma, há uma socióloga, da qual eu gosto muito, que certa vez teve muita vontade de constituir uma sociedade para pessoas que estudam coisas aborrecidas porque é no cerne das coisas aborrecidas que normalmente está o segredo da política e está o segredo do poder. E isso, isso leva-me a dizer o quê? Que ao longo do tempo me fui desinteressando um bocadinho da componente técnica dos dados abertos. Interessa-me cada vez mais a questão da governação, a questão do governo, a questão do poder e da política dos dados abertos. Isto porquê? Porque a partir do momento em que nós concebemos dados como abertos - e aqui estamos tipicamente a falar de dados públicos - isso significa que nós estamos a insistir numa agenda de redistribuição fundamental de poder e isso é muitíssimo importante, talvez seja mais abstrato do que os tempos que correm nos levam a pensar porque já estivemos em muitos fóruns onde se debatem os formatos dos ficheiros, as tipificações de interoperabilidade e de *back-end* técnicos e debatemos muito pouco a política, debatemos mesmo muito pouco a política e na verdade, este é um processo declinante, cada vez debatemos menos a política dos dados. Portanto, esta é uma das questões que me importa lançar aqui para discussão até porque este é o fórum que me parece mais adequado para o debater: É política dos dados abertos e na realidade do meu ponto de vista nós temos que *repolitizar* os dados porque é assim que *repolitizamos* a informação. E se nós queremos acreditar que vivemos numa sociedade de informação então temos que *repolitizar* de alguma maneira o esqueleto dessa sociedade. E com isto penso na segunda questão que é a questão da vida social dos dados abertos. E a Karina falou muito bem da questão da oferta e da procura, é uma preocupação crescente que nós também temos que é o facto de nós termos a percepção de que há um investimento, não diria que é um investimento muito significativo da parte da administração pública portuguesa, em todo o caso é um investimento relevante, na produção e



publicação de dados abertos. Depois o grande problema é a procura desses dados. Vivemos num país com índices de literacia digital que continuam a ser vastamente insuficientes. E não sabemos exatamente para que é que serve a publicação extensiva de dados cadastrais nos dados.gov se não sabemos, também, se há assim tanta procura. E quando falo de dados cadastrais, falo de dados que são imediatamente úteis até do ponto de vista económico. Há outros dados que não são necessariamente úteis do ponto de vista económico. Para ligar estas duas questões, a questão do governo, dos dados abertos, a questão da política e do poder dos dados abertos, à vida social dos dados abertos, interessa-me falar de algo que nos importa muito na Transparência e Integridade que é a questão da contratação pública, dos dados da contratação pública. Ora, nós sabemos que o portal base.gov é um portal que tem ganho, tem alguma exposição nos grandes fóruns europeus, já ganhou uma série de prémios, ora a questão é que os dados.gov é um bom estudo de caso sobre o modo como se podem abrir dados mantendo-os opacos. E isso, do meu ponto de vista, pode ser alargado a quase todo o perímetro administrativo português porque sabemos que há, já vai havendo pelo menos um ecossistema de dados que é relevante e que permite estruturar projetos que operam nessa base, mas na realidade ainda não são suficientes. E para falar do base.gov, não sei se há alguma das presentes ou dos presentes tem experiência no manejo desse portal, é um portal do qual se conseguem tirar algumas, alguns dados e extrair alguma informação, mas é claramente insuficiente. O grande problema aqui também é uma, lá está, é a questão do poder e da política dos dados. Se vocês pensarem, se pensarmos em conjunto naquilo que aconteceu nos últimos meses a respeito da alteração legal ao regime de contratações pública pouco ou nada foi dito sobre a publicação de dados. Pouco ou nada foi dito sobre a sistematização de dados e pouco ou nada foi dito sobre o modo como se pode continuar a justificar a participação de plataformas privadas que não garantem a abertura de dados que são fundamentais para a vida cívica deste país. E estou a falar, por exemplo, dos cadernos de encargos, dos contratos públicos, peças processuais fundamentais e este é um estudo de caso microscópico que na realidade pode ser estendido a muitas outras, a muitos outros domínios da administração pública e a partir daí conseguimos chegar muito mais longe, conseguimos começar a pensar em beneficiários efetivos do ponto de vista já do setor privado e não sabemos muito bem em que ponto estamos, portanto, eu poderia ter elucidado algumas das questões que a Karina levantou e muito bem, mas parece-me que dividir esta intervenção na questão na política dos dados abertos e na vida social desses mesmos dados, parece-me dar o mote mais aberto, talvez mais vago, mais abstrata a discussão, mas provavelmente até será mais fértil. Portanto, ficaria por aqui. Obrigado.

**Daniel Santos:** Muito bom.

**Karina Carvalho:** Oh, Luís, se me permites, se me permitem, só dizer uma coisa, só para complementar um bocadinho isto que o Luís acabou de dizer. Porque nós como temos trabalhado muito na área da contratação pública e temos um projeto chamado Pacto de Integridade, tem uma enorme componente de monitorização cívica. Uma das coisas que nos apercebemos é que os dados só por si não capacitam, é preciso garantir a qualidade dos dados, isso é facto. Mas isto que o Luís Bernardo está a dizer, na



verdade, é fruto da experiência de terreno até que temos que é como é que as pessoas utilizam os dados? Os dados servem para quê? Como é que nós produzimos conhecimento e como é que nós produzimos informação inteligível, em Português Claro, não é Luís? Que também era...

**Luís Pais Bernardo:** Exatamente. Que aliás já, felizmente, felizmente, e que foi também um bocadinho, também, no seguimento do Sistema Nacional de Integridade que falamos com algumas pessoas, até com a, não sei se a organização ainda existe, a Português Claro, que promoveu uma campanha bastante importante e hoje em dia no Diário da República eletrónico, como sabem, há algumas peças legislativas que já estão traduzidas para linguagem que é realmente democrática, e não antidemocrática, como é apanágio de muito do Diário da República.

**Karina Carvalho:** OK, obrigada Luís. Portanto, era mesmo só isto, quando falamos em acesso a informação é informação que possa ser compreendida e usada e utilizada pelos cidadãos, portanto, não é informação em abstrato. E não tenho mais nada a acrescentar para já. Obrigada.

**Daniel Santos:** Muito bem, excelentes intervenções. Dizer aos participantes no fórum que o guião ou o convite que tinha sido passado à Karina e ao Luís era o desejo de termos apresentações que provocassem a audiência, que provocassem, instigassem, no bom sentido, os participantes. E a contar, pelo menos, pela caixa de chat e pelos comentários que vêm sendo feitos, acho que produziu esse efeito que era, exatamente, o que se pretendia. Só, sem ter a pretensão de resumir coisas, ou de sintetizar coisas que foram ditas, e correndo o risco de tentar fazê-lo e deixar escapar alguma coisa, foram feitas aqui dados, aqui contributos sobre o governo e a política dos dados abertos; sobre o estado da literacia digital em Portugal e a forma como influencia e compromete o aproveitamento deste tipo de informação; sobre o ecossistema crescente de dados abertos, mas ainda assim insuficiente; sobre os diversos sistemas de informação que estão disponíveis e a forma como estão disponíveis; sobre os dados que são produzidos e a informação, a necessidade de ter essa informação acessível, ou não, usando uma expressão que foi dita verbalmente, ou aqui no chat, não ser uma transparência opaca, que os dados sejam inteligíveis e sejam também de linguagem clara. Já agora essa associação, Luís, chama-se, ou empresa, agora chama-se só Claro, deixou cair o Português, chama-se só claro.pt, e creio que ainda continuam a operar. Eu, se calhar, cabe-me a mim como facilitador trazer algumas, alguns dos comentários que foram sendo feitos, começando pelos primeiros, desde logo na apresentação, de alguns participantes em que o Jorge Gomes, que tem sido um *habitué* nestes fóruns, olá Jorge, bem-vindo de novo, e sobre este tema diz que espera “poder colaborar com uma *framework*, um modelo que permita que os dados abertos sejam, de facto, um fator de transparência na administração pública. Além disto, gostaríamos também de lançar o desafio sobre a necessidade de mesmo em sites temporários ser necessário, e a bem da transparência, existir um histórico das mudanças que são boas práticas internacionais e que muitas vezes não são observadas por cá, infelizmente”.

**Jorge Gomes:** Daniel, se não te importas...

**Daniel Santos:** Sim, sim, força.



**Jorge Gomes:** Vou dar o exemplo, por exemplo, de um site do qual nós tivemos desde no seu início envolvidos. Que é o covid estamos ON. O covid estamos ON tem sido um histórico fantástico das medidas que foram tomadas desde março até agora e ainda ontem tivemos uma seguidora nossa a dizer “onde é que eu posso encontrar esta informação?” Mas não, o site, o site pura e simplesmente está-se a escrever informação por cima da informação que existia e não há um histórico dessa informação. Ou seja, é uma coisa que não faz qualquer tipo de sentido, nem sequer há um *timestamp* de quando são metidos os conteúdos, os novos conteúdos no site e, portanto, não há aqui uma memória histórica do momento que é importantíssimo para todos nós. E, portanto, não preservar isto e não fazer disto uma boa prática penso que é algo que nos está a falhar e que vai contra tudo aquilo que nós deveríamos ter como um *benchmark* para aquilo que são sites públicos.

**Daniel Santos:** Muito bem. Obrigado, Jorge, pelo complemento à mensagem inicial. A Karina já está a pedir a palavra, vou-lhe só pedir mais alguns segundos só para ler algumas das mensagens iniciais. Temos aqui o Luís Vidigal, vogal da Plataforma das Associações da Sociedade Civil – a Casa da Cidadania, a PASC, que também já foi orador em um destes fóruns e é membro da Rede Nacional de Administração Aberta que diz estar-se na sua expectativa preocupado com o controlo da pegada digital, nomeadamente, e enumera uma série de elementos, as agendas políticas e administrativas, as incompatibilidades de cargos, a definição dos problemas, a caracterizações das soluções, a tomada de decisões, os beneficiários efetivos, isto também já aqui foi referido pelo Luís Bernardo, e noutras instâncias pela Karina e o *follow the money*. E para terminar o Paulo Fialho, para terminar esta série, eu sei que vários comentários, poderão sempre fazer como a Karina e pedir para tomar a palavra, será sempre uma maneira mais rápida, talvez, de participar. O Paulo Fialho, que é IT da Comunidade Intermunicipal do Oeste, bem-vindo Paulo, e presente também como cidadão interessado e tenciona apurar como é que esta comunidade intermunicipal pode ser útil nesta matéria e a nível pessoal também saber como é que pode ajudar a melhorar a sociedade. Vejo já o Luís e a Karina a pedirem a palavra. Karina?

**Karina Carvalho:** Não, é só mesmo para secundar aquilo que foi dito sobre a necessidade de se manterem esses registos e integridade de informação. Queria só dizer uma coisa que para mim parece evidente, se calhar vou dizer uma, algo completamente tolo para não utilizar outra palavra, mas eu acho que deveria existir mais gente dentro da administração pública com conhecimento da máquina do Estado a apoiar estes processos. Ou seja, nós, quando eu digo nós é nós todos, somos cidadãos portugueses, mas acho que esta ideia do *service contract* de irmos buscar especialistas ao exterior para tudo e mais alguma coisa faz com que muitos destes processos não consigam atingir os objetivos a que se propõem porque as práticas não estão ajustadas ao setor público e também porque não criam memória institucional. E isso para mim também é problemático. Só queria dar esta nota porque acho que é relevante. Obrigada.

**Daniel Santos:** Muito bem. Obrigado Karina. Luís? Luís Bernardo?



**Luís Pais Bernardo:** Sim, obrigado. Muito, a curta intervenção que quero fazer vai muito no sentido do que aquilo que Karina disse, eu falaria também da, acho que é esta questão da memória, da memória institucional e organizacional é muito importante e uma das nossas descobertas, em parte diria que é uma descoberta, posso dizer que é uma inferência em que fazemos a partir do trabalho do Pacto Integridade, um projeto que tem sido promovido, é precisamente esta questão da memória institucional e da aprendizagem organizacional que me leva - isto já estou a colocar aqui o meu capacete, não é um daqueles de alumínio como se fosse maluquinho, mas é quase de sociólogo - e para dizer que a questão dos incentivos e a questão das [inaudível 00:38:36] e da reputação, [inaudível 00:38:38], antes para pensar as questões da transparência e da integridade na administração pública. E é, aliás, algo de muito importante para nós perceber que os dados abertos, como tal, não servem para grande coisa. Ou seja, do meu ponto de vista, nós, acho que a comunidade de dados abertos, não só a comunidade mais técnica, mas a comunidade que pensa politicamente também os dados abertos durante demasiados anos se convenceu de que dizer que era aberto era o suficiente para que toda a gente ficasse adepta dos dados abertos. Ora, nós, hoje em dia, à custa de muitos estudos experimentais, de experiências naturais ou seminaturais percebemos que nem sequer há uma relação assim tão linear entre um ecossistema de dados abertos e prevenção de corrupção. Não há. Pura e simplesmente. É, tem tudo, nós estamos sempre aqui a falar de mediações institucionais e com isto quero dizer pessoas, são pessoas, como vocês sabem, como o Daniel sabe, não é? São pessoas, são trabalhadores em funções públicas que na realidade têm um incentivo negativo para promover a abertura do seu trabalho. Porque se só dá trabalho, se é uma carga adicional, uma carga burocrática adicional ao desempenho, não tem um reflexo positivo, nem que seja do ponto de vista do reconhecimento organizacional da qualidade do desempenho, então eu, francamente, também não percebo para quê é que se há de promover este tipo de política. Se... as consequências para quem, para os seres humanos reais, de carne e osso que têm, ou têm apesar dos deveres que lhes assistem, enquanto trabalhadores em funções públicas, têm aspirações que são concretas e são legítimas, se nós não estimulamos uma conversa, pública, coletiva... que vá neste sentido, dizer "ok, nós precisamos dados abertos porque... os dados abertos são uma representação da democracia", não é? São... uma componente importante da democracia. Mas quem tem de os produzir também precisa sentir que... a sua posição é reconhecida. E essa é da... eu acho que é algo que também precisamos falar, algo sobre o qual precisamos de falar, e... para concluir, não sei de uma maneira, um bocado provocatória, há um grande... do meu ponto de vista há um problema, crescente, organizacional na sociedade portuguesa que é... isto é na organização do Estado português que é a saída de trabalhadores em funções públicas, que vai criar um vazio organizacional que não se vai resolver, e isto é muito claro. É absolutamente óbvio, para mim. E depois, há naturalmente, toda... a questão da *des-legitimação* da administração pública que também é um problema, cuja solução não sei se está à vista. E, portanto, acho que também é importante ligar à questão dos dados abertos, à questão da administração pública e da sua *re-legitimação* enquanto ator social importante. Ok? Obrigado.



**Daniel:** Muito bem. Obrigado Luís. Não fosse o Luís também da área de formação de sociologia e trazer sempre este lado da... ou se olhar para a causalidade, por vezes não linear daquilo que são consequências e factos evidentes para todos. Eu tenho aqui... eu ia ler precisamente uma das intervenções do Laureano Macedo, mas ele está a pedir-me a palavra, por isso vou dar primazia à participação verbal. Laureano quando quiser, pode abrir o microfone. E é muito bem-vindo.

**Laureano Macedo:** Muito boa tarde. Agradeço. Quero dar os parabéns... por esta iniciativa. Sou Laureano Macedo, estou no Governo Regional da Madeira, faço parte da Comissão Executiva do programa de modernização administrativa do Governo Regional da Madeira e tenho estado, portanto, na conceção de um documento orientador, ou de um conjunto de documentos orientadores, entre os quais os dados abertos da administração. Como sou de formação profissional da informação, arquivista de formação, onde os dados abertos, para mim, já faz parte da minha formação como profissional, já por definição, digamos assim, eu vejo uma grande preocupação, um enfoque nos sistemas eletrónicos e um... e estamos a descurar o universo analógico. Uma maior realidade, imensa, que não está a ser abordada, que são os arquivos administrativos que pontilham por aí e que parece que não há um grande controle. Evidentemente que temos um órgão dos arquivos nacionais, do sistema nacional de arquivos que é a Direção Geral de Arquivos e Bibliotecas. Tem feito um trabalho no sentido de mapear os processos de negócio da administração, com o objetivo de tornar esse processo de negócio, por definição em..., portanto, conseguidos por definição, em formatos abertos. Infelizmente as administrações públicas, silos que são silos organizacionais, silos tecnológicos e por aí fora. Não tem havido uma grande adaptação das administrações públicas. Por esse motivo, da parte do Governo Regional, que é a realidade que eu conheço melhor e não quero presumir outras realidades, eu tenho preocupações profundas, uma vez que sei que a transparência e integridade, onde fui associado, mas parei por algum tempo e depois voltei a pedir, mas ainda... não tive... Talvez... a doutora Karina queira resolver a questão. Mas uma das propostas e em conversa, se na Madeira e aliás, as Regiões Autónomas esta... têm estado na margem das questões de transparência. E é evidente que apesar dos trabalhos, do trabalho da área de dados abertos no Governo Regional, não ter impacto, eco, nem sequer na comunicação social, eu enviei-vos um link de um projeto dessa materialização dos dados abertos do Governo Regional da Madeira, mas é algo que ainda está muito na infância, porque, de acordo com a doutora Karina, que era uma área, disse muito bem, que as administrações públicas devem ser proativas na disponibilização dos seus recursos informacionais mas... não é assim que acontece. Muitas vezes... nem sequer reativa porque mesmo que sendo reativo quando a cidadania, as empresas e outros setores da administração pública, mesmo a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, os deputados da oposição quando pedem documentos ao Governo Regional, para fundamentar inquéritos e... comissões de inquérito, há situações de, mesmo, de sonegação de documentos e de dados e de uma certa depuração da informação. Portanto, o problema que eu vejo aqui central, tem a ver com os próprios arquivos das administrações públicas e neste sentido não tem havido *guidelines* consistentes. Temos tido peças, avulsas, imensa legislação que fala sempre: arquivos



ali, arquivos acolá, mas não existe instrumentos que apoiem as administrações públicas para fazer essa transição digital preferencialmente para uma administração aberta. Infelizmente, da minha experiência como arquivista e... no Governo Regional, mais especificamente na Direção Regional de Orçamento e Tesouro onde lido com, na maior parte, com processos relacionados com contratação pública, com despesas públicas, receitas da região, verifica-se que aqui tem um problema... a instituição tem sido sensível, porque tem Tribunal de Contas da secção regional da Madeira, Tribunal de Contas sempre atenta... e é solicitado dados informações, mas a questão dos dados abertos é preciso um trabalho de evangelização e... claro que precisamos de imensos apóstolos [risos] dos dados abertos para poderem, para podermos tornar o acesso à informação, especialmente dos arquivos das administrações públicas, acessível em formatos abertos, como já acontece em maior parte dos arquivos históricos. Mas a realidade dos arquivos administrativos, penso que é preciso uma maior normalização e melhores referenciais técnicos. Obrigado.

**Daniel:** Muito obrigado Laureano e bem-vindo. E boa tarde a todos que nos acompanham fora do Continente, nos Açores e na Madeira. Obrigado pelo seu contributo, é de facto... um ângulo importante. E também no complemento desse ângulo, a Ana Neves, também tem sido uma participação recorrente nestes fóruns. Lança o tema no *chat* a perguntar, tem curiosidade por que é que há dispersão dos *datasets*, se todos os dados são abertos, públicos, não deviam estar só num sítio? É uma questão, se calhar... a considerar e a... não sei se o Laureano quer responder, dado que me parece estar diretamente relacionado com a sua intervenção, daí eu ter convocado. Também pode ser, obviamente uma pergunta retórica, para... reflexão futura.

**Laureano Macedo:** Bem, a minha resposta, é muito simples: depende das chefias de topo, não é? Nós podemos ser os cavaleiros da tábua redonda, muito bem-intencionados, fazer um belo projeto mas o projeto cai na gaveta, não continuamos [impercetível 00:48:21] tecnológicos e organizacionais que é... terrível e difícil de quebrar estes silos tecnológicos e organizacionais. E claro esta dispersão de *datasets* muitas vezes tem a ver com uma visão, digamos assim, muito conservadora das organizações. Porque querem ser proactivamente transparentes, nos seus sítios institucionais, mas muitas poucas vezes recorrem a esses repositórios onde se concentram, se reservam melhor os dados da administração. Infelizmente, portanto, esta dispersão de recursos informacionais tem a ver com as próprias políticas de governança de informação, se é que existe alguma, nas administrações públicas e portanto, é, naturalmente, penso que uma questão que podemos debater e traçar linhas [impercetível 00:49:13] dessa informação.

**Daniel:** Certo, sim, sim. Até o próprio Luís Vidigal numa intervenção anterior no *chat*, tinha referido alguns desses itens, nomeadamente as agendas políticas administrativas e a definição dos problemas. Nesta linha, também o António Garcia tinha feito um comentário anteriormente a dizer que o trabalho seja pertinente e produtivo, se houver uma implicação política para a questão dos dados abertos. Portanto estamos a ter aqui alguma recorrência de temas e algum alinhamento. E gostava só de





salientar isso. Temos mais dois convidados participantes que pediram a palavra. O nosso queridíssimo Luís Vidigal e a seguir o Rúben Duarte. Eu começo, talvez pelo Luís primeiro, porque foi o Luís que pediu a palavra primeiro. Luís? Está com o microfone silenciado, Luís. Terá que tirar. Ok.

**Luís Vidigal:** Ok. Eu tava a escrever no *chat* para quando a arquitetura de informação. Isto tudo vai lá parar. Nós não sabemos onde está a informação, não sabemos quais são, verdadeiramente os processos da administração pública, não os conhecemos. Cada... isto para, exatamente, sublinhar a questão dos silos que foi agora o nosso colega da Madeira. É importante também ver... eu sou um grande apaixonado pelos arquivos, já agora só para... até porque nasceu no meu gabinete, em determinada altura estávamos a montar, ainda quando eu estava com o instituto de informática, na altura estávamos a montar, digamos um sistema de meta dados, por exemplo, para a transferência de informação, neste caso de informação administrativa entre os vários organismos, na altura, do Ministério das Finanças, e que depois a Torre do Tombo acabou por, aliás que lhes entregamos, à Torre do Tombo, esse... trabalho. Esse trabalho tá a ser continuado também nas áreas substantivas. Portanto, era importante que a AMA conhecesse estas coisas, porque... tem havido muito trabalho. Em relação aquela questão dos cargos, e agora voltando ao tema da nossa... do nosso encontro, a questão da corrupção. Os dados... eu quero salientar que os dados abertos, que estão de facto, quer nos dados.gov quer noutros, por exemplo, no excelente sistema da Câmara Municipal de Lisboa, mas isso tem outros bons... bons sistemas, são dados que foram criados, sobretudo para o mercado da informação exatamente dando sequência à diretiva da... à diretiva europeia relativamente a alimentar o mercado de informação. Portanto, alimentar uma economia da informação, portanto, eu [inaudível 00:51:46] muito construídos para este efeito de combate à corrupção. Vamos ser claros, se não... se nós formos a testar, há muito mais próximo, por exemplo o Portal Base. O Portal Base que é uma coisa, foi uma iniciativa da sociedade civil, vamos ser claros, foi da comunidade *open source*, que foi onde que aquilo nasceu, portanto, infelizmente está quase congelado, aquilo não tem tido evolução e é uma pena. Tem informação importante, onde que é obrigada... as instituições por causa das contratações públicas são obrigadas a colocar lá a informação, mas falta lá muita informação. Eu refiro-me sobretudo a coisas que hoje são particularmente críticas. Quem é que define... quem é que define os problemas? Hoje grande parte dos problemas da administração pública não são definidos pela administração pública. São definidos por empresas privadas. Quem é que define as soluções? Não é a administração pública, são empresas privadas. Dá-se, por exemplo, simples coisas: contratar, por exemplo, adjuntos para um gabinete, não é? Que são de uma empresa, que vão para lá para definir os problemas, definir as soluções e depois contratar a sua empresa. Isto passa-se, passa-se com mais frequência do que possam imaginar. Basta contratar, por exemplo, controlar as nomeações, por exemplo, com os perfis do LinkedIn. Estou a falar que dados abertos, muitas vezes transcende... e sobretudo nesta área transcendem muita coisa. A questão dos cargos, e isto volta a uma coisa que nós temos discutido também muito na rede que é a questão do... da base de dados dos domínios públicos. Está a cargo estatutariamente da DGAEP, mas a DGAEP falta-lhe uma coisa que é a vida dos organismos. Por



exemplo, organismos que são reestruturados e que mudam de nome são... praticamente desaparecem. desse histórico. E, portanto, e, naturalmente também os cargos. Essa informação está toda disponível. Toda disponível na Direção Geral do Orçamento. Toda. Porquê? Porque é a entidade que paga... salários, não é? Através da... ESPAP, não é? Portanto essa informação tá toda disponível e não custa.. isto [impercetível 00:53:45] públicos.

**Daniel:** Bem, é o âmbito, o âmbito da RGPD e da [impercetível 00:53:46]. Provavelmente teria que haver uma legislação específica para que a DGO pudesse partilhar essa...

**Luís Vidigal:** Não, são dados públicos. São dados públicos, são nomeações do Diário da República, só que... e que estão inclusivamente informatizados. É evidente, poderá ser um varrimento em cima do Diário da República. Também se poderia lá chegar, mas é mais complicado, os dados até tão estruturados na... não... neste caso na DGO. E sei do que falo porque digamos, conheço bem os sistemas. Outra questão, também ligada à questão da corrupção e desta informação, eu tive vinte anos, vinte anos, vinte anos para acabar com a maior fonte de corrupção, deste país, na administração pública que era as execuções fiscais. Que era, quando era levantado um problema nos impostos, não é? Eu digo vinte anos mesmo, que eu comecei com o sistema em mil novecentos e oitenta e dois e só foi posto no ar em dois mil e dois, com o Paulo Macedo. E foi, aliás, o grande sucesso do Paulo Macedo passou por aí. Porque isto é informação, é informação. Porque quando pusemos estes dados de forma eletrónica, automaticamente, ninguém podia mexer nos papéis. E aqui é o problema do analógico e do... como respeito aos arquivos, mas os arquivos digitais são muito mais seguros porque se alguém mexesse, dissesse "bom, foi levantado um auto", digamos, e estamos a falar de milhões, porque estamos a falar de grandes empresas e de multas a grandes empresas por dívidas fiscais. E nós até sabíamos onde é que eram os restaurantes, onde as pessoas se encontravam, havia cumplicidade entre funcionários dos impostos e funcionários... eu trabalhei, por exemplo, eu contribuí pra um livro da Francisco Manuel dos Santos, sobre corrupção, na altura até... uma investigação da Ana Evans e, na altura, eu fui entrevistado e sabia como é que estas coisas funcionavam... e isto... para vos dar a entender que, quando nós automatizamos nós podemos criar lupas, vigilâncias, quer internas, portanto, auditorias internas quer auditorias externas. Por exemplo, eu poderia saber quem é que, por exemplo sabe neste momento... Por exemplo, o caso do *Fix my Street*, que no fundo é a minha rua, é um sistema que não sei se ainda está vivo, se não tá vivo, mas que no fundo expunha completamente, isto é o tapar os buracos das ruas, não é? Das câmaras. Portanto ponha as câmaras em... Isto põe... o cidadão a vigiar a administração pública, portanto, e isto é fácil... depende, muito também das interfaces ...

**Daniel:** Ainda funciona em vários municípios... Luís eu vou lhe pedir para concluir porque temos várias... intervenções...

**Luís Vidigal:** Isso tem que ser... não, mas é só para dizer que aquilo que nós fizemos com informação, com a parte das execuções fiscais, pode ser aplicado aos processos jurídicos, pode ser aplicado a processos... de todo o sistema judicial... a processos de licenciamento. Os processos de licenciamento,



são a coisa mais opaca que existe, digamos, tirando talvez a questão dos licenciamentos zero, que foi um passo enormíssimo. E podíamos aplicar os licenciamentos, o princípio dos licenciamentos zero à generalidade dos licenciamentos da administração pública, porque tornava as regras muito mais, muito mais efetivas, não é? Eu costumo dizer que as leis são algoritmos, ou deveriam ser algoritmos e por isso podiam ser com muito mais facilidade, muito mais facilidade, poderiam ser auditadas. Portanto, no fundo é a questão, era isto que eu gostava aqui de salientar. E atenção, força ao Portal Base, o Portal Base tem que ser um foco... nós precisamos saber de facto quem é que está por trás da definição de problemas, da definição de soluções. Quem são aquelas pessoas que passam pelos gabinetes, quem são aquelas pessoas... as agendas são importantíssimas, apesar de... no outro dia houve um amigo meu que dizia "as verdadeiras agendas fazem-se no Estádio da Luz". No restaurante do Estádio da Luz, no restaurante não sei quê. Portanto... [impercetível 00:57:34]

**Daniel:** Isso... só isso daria, provavelmente um tema... um... fórum só para esse tipo de temas. Ficam então sugestões do Luís em síntese, de aproveitar soluções que provaram ter resultado noutros âmbitos e aplicar, não as mesmas soluções, mas o mesmo tipo de abordagens. Obrigado Luís pela intervenção. Eu vou passar a palavra ao Rúben Duarte que já está... já deve estar cansado de estar com a mão no ar, à espera de... Rúben, bem-vindo...

**Rúben Duarte:** Olá, bem-vindos. Obrigado por... pelas participações. A tecnologia tem destas coisas, não... aqui não me canso de ter a mão no ar. Portanto, a propósito do AGP e destas... salas de debate e tentando me afastar um bocadinho, talvez, do tema dos dados abertos. Porque confunde-se muitas vezes transparência com dados abertos e eu acho que não é necessariamente a mesma coisa. Ou não é a mesma coisa e caímos sempre neste ciclo vicioso, de quando falamos de transparência falamos de dados abertos. Um pouco, e se calhar até uma discussão um pouco mais abstrata, mas, como é que, e a preocupação e o contributo é... um pouco este. Como é que uma ferramenta como a AGP pode ser um *empowerment* grande numa educação para a transparência. Ou seja, aquilo que são os processos, aquilo que é o funcionamento, aquilo que são as equipas na administração pública, ser transparente *by default*. E transparente não só no *output*, o que é que resulta do trabalho das muitas equipas da administração pública, mas transparente no processo. Por exemplo, este espaço que nós estamos a fazer aqui a fazer hoje, é um espaço muito valioso. Existe um plano em construção e então cria-se aqui um espaço aberto para que a sociedade civil e uma série de participações contribuam para esse plano. Isto é para mim, educação para a transparência, mas também para a participação. Como é que... o tema da nossa sessão era acesso à informação. A minha pergunta é, e o meu desafio é: como é que a AGP pode ser uma educação e um acesso à participação: dos processos, das equipas e do... e daquilo que são... dinâmicas da administração pública? Como é que podemos trazer o cidadão mais para o meio dos processos de tomada de decisão, numa série de coisas? Seja nos grandes momentos, como no quotidiano... das equipas. E a participação seria esta. Ou a ideia seria esta.



**Daniel:** Muito bem. Excelente, Rúben. Muito obrigado pelo contributo. Não... não me cabe, não me cabe a mim estar a responder, mas dizer que talvez seja... é com iniciativas como esta, que está a acontecer hoje, este programa de fóruns e outras semelhantes, onde se dá consequência a estas intervenções, dizer-vos que todos os fóruns estão a ser publicados no portal de OGP, juntamente com um resumo daquilo que foi dito e a transcrição integral do que foi dito, que irão dar origem o plano e a cronologia para esta fase, cocriação e desenvolvimento está publicado onde irão ocorrer diferentes iniciativas e envolvimento de cidadãos, de organizações da sociedade civil e, também, da Administração Pública e que estes, sim, devem ser os responsáveis pela execução das medidas e organizações da sociedade civil e cidadãos serem os que desafiam, os que colaboram, os que monitorizam, os que participam nesse escrutínio coletivo, que é um plano de ação nacional de Administração Aberta. Temos mais duas pessoas a pedirem a palavra. Neste caso, novamente temos a Karina. Luís, também tinhas a mão levantada, acabaste por baixar. Não sei se desististe, mas, para já, passo a palavra à Karina, enquanto aguardamos por mais intervenções. Dizer-vos que vamos um bocadinho para além das quatro horas, temos/tem sido assim desde o início. Se calhar já há uma aprendizagem para a organização destes fóruns, de fazê-los mais do que sessenta minutos, mas... Karina?

**Karina:** Não... só... queria partilhar convosco uma coisa/algumas coisas tenho de pensado, mas assim também de forma muito telegráfica. Em primeiro lugar, explicar-vos que os conjuntos de dados ou de informação que nós da Transparência e Integridade pretendemos têm um objetivo claro, que é a prevenção e a repressão da corrupção. Portanto, nós... quando eu falo em dados e informação, eu estou-me a reportar à informação e aos dados que nós precisamos, não é? Para fazer o nosso trabalho de monitorização cívica. Mas, obviamente, existem outros dados que podem ser utilizados por diferentes organizações e, sobretudo, uma coisa que também nos esquecemos que é: uma administração pública que não produz informação e dados, como é que avalia e monitora política pública? Portanto, também é importante que seja produzida informação, que possa ser trabalhada pela própria Administração Pública e nós, às vezes, acho que nos esquecemos um bocadinho disto. Isto não é só um processo de libertar para fora, mas também é um processo de recolher essa informação, de recolher esses dados, e estar habituado a trabalhá-los de forma sistemática. Isso era a primeira nota. A outra nota, que também parece relevante nesta discussão é... o tipo de informação que é publicada e, lá está, por isso é que se fala em dados abertos, é determinante para definir a forma como essa informação e esses dados podem ser trabalhados pelos cidadãos. Ou seja, mesmo na área do combate à corrupção, nós não estamos a pedir as análises, nós queremos é ter acesso aos dados para podermos produzir análises com base em mapeamento de riscos de corrupção. Assim de uma forma muito clara e muito genérica. Por exemplo, quando nós defendemos o registo público do beneficiário efetivo, estamos a falar de Open Ownership portanto, os proprietários das empresas, o que queremos dizer é que nós precisamos que essa informação esteja pública e disponível, para podermos mapear riscos e detetar inconformidades, detetar coisas que não batem certo. O mesmo acontece com os dados de contratação pública ou com os dados, por exemplo, de propriedade de imóveis, que não estão públicos



e que deveriam estar públicos. Porque, por exemplo, o setor imobiliário é um setor altamente vulnerável ao branqueamento de capitais, por isso também defendemos isso, ou a pegada legislativa, ou os registos interesses dos titulares de cargos públicos, ou as declarações patrimoniais, ou o financiamento dos partidos políticos, estão a ver? Estou-vos a falar dos dados que nós... nós gostaríamos de ter acesso para nós podermos fazer as nossas próprias avaliações e cruzamentos de dados. E isto é completamente diferente de uma atitude, que eu acho que também é importante falar-se hoje, que é: há uma certa passividade relativamente aos dados à informação. Portanto, nós estamos a dizer “publique-se, disponibilize-se”, mas é importante garantir que do outro lado, do lado dos cidadãos, e também dos funcionários públicos e dos decisores públicos, há gente que tem a vontade e a capacidade para utilizar esses dados em informação e torná-la inteligível e, sobretudo, boa para a governança e boa para a democracia. Portanto, se também não existir isto, nós temos o *dadosgov*, está ali. Mas, quais são as estatísticas de utilização? Quem é que está a utilizar? Estão a ser produzidos novos conjuntos de dados? Para quê que serve? E, portanto, não puxando aqui também da lapela de socióloga, eu acho que era importante nós termos equipas transdisciplinares a discutirem isto, porque não é só gente da tecnologia dos dados, não são só os funcionários públicos, não são só pessoas, como nós, ligados a estas questões da transparência, têm de ser equipas pluridisciplinares e transdisciplinares a pensarem como é que nós podemos apropriar-nos desses dados e produzir melhoria. Porque senão, não faz sentido. Porque senão é o repositório que temos online e que ninguém utiliza, não serve para nada e que é morto, não é? É só essa partilha e também para se pensar um pouco sobre isto, porque eu acho que é fundamental, para mim pelo menos. Obrigada.

**Daniel:** Muito obrigado, Karina. Luís, não sei se querias também a palavra?

**Luís:** Eu queria... queria dizer/falar de uma questão que se relaciona com... uma questão que tem a ver com as relações entre o Estado e o mercado, o Estado e o setor privado, mas, com o avançar da hora, eu tenho aqui um bebé em casa e tenho de ir ver dele. Portanto, de todo o modo, sabem que os contactos da Transparência e Integridade estão online e podemos continuar esta conversa por outros... por outras vias e certamente na Rede Nacional de Administração Aberta continuar-se-á a falar da questão, mas não querendo... não querendo denunciar aquilo que acho, acho que aquilo que a Karina acabou de dizer tem muito... está muito relacionado precisamente com a relação entre o Estado e o setor privado e com a necessidade que nós temos de perceber... perceber relações, perceber uma economia política que está completamente fechada e trancada, por algumas razões. É como alguém já há muito tempo dizia, que eu também tenho a costela de historiador, *cui bono*? Não é? *Cui bono*? Quem é que ganha? É isso é que nos interessa. Fico por aqui.

**Daniel:** O Luís Vidigal dizia, num dos comentários anteriores, *o follow the money*. Vamos, então, aproveitando a dica do Luís, que é sempre uma dica incontornável. Eu próprio saí do registo de ter um bebé em casa há bem pouco tempo, agora tenho uma criança de 3 anos, que é muito diferente. Já se sabe expressar melhor, mas, neste momento, está no infantário, por isso tenho alguma paz aqui à volta.



Mas agradecer-vos por todas as intervenções e as intervenções também feitas no chat. Pedir-vos desculpa se não conseguirmos lê-las e ampliá-las todas. Só responder a uma pergunta que creio que foi a Cláudia... ah! O Sérgio já respondeu. Vamos disponibilizar, muito brevemente, o resumo do fórum de dia nove, o fórum sobre a Participação Pública da Administração Aberta e, para a semana, estará o deste fórum disponível. Já está o do fórum um, de dia dois de dezembro, em que fala curiosamente de algumas das oportunidades também e é isso que convém também sinalizar, que há inclusivamente, no âmbito dos dados abertos, isto porque há uma Diretiva europeia que está a ser transcrita que vai ter influência, tal como a Karina falou no início da sua apresentação, LADA, a Lei de Acesso Mental e Administrativa e a grande... pronto, convido-vos a uma leitura do resumo. O resumo é mesmo isso, está lá a transcrição, poderão também ver e o vídeo na íntegra, para quem não pôde participar. As iniciativas a envolver e a melhorar esta relação entre Estado e sociedade civil vão continuar, é para isso que a OGP também serve. Terá, com certeza, esse papel, digamos, pedagógico, que o Rúben salientou e esperemos poder ter esse papel e, aliás, ainda no âmbito do compromisso sete, que a Carina também falou no início da sua apresentação, havia uma série de iniciativas nessa toada pedagógica que estavam planeadas, mas que, infelizmente, depois daquilo que aconteceu em março e ainda continua, não se conseguiram concretizar da forma que pretendíamos, temos agora, se calhar, para o segundo plano, uma oportunidade. Em nome da Rede Nacional de Administração Aberta e da OGP Portugal e, também, da AMA, resta-me agradecer a presença de todos e até muito em breve. E, se não nos virmos antes, boas festas. Adeus, boa tarde.

**Karina:** Muito obrigada. Até à próxima.

**Daniel:** Muito obrigado.

**Luís:** Obrigado, adeus.

**Daniel:** Obrigado, Luís e muito obrigado, Karina. Estava implícito este agradecimento.

**[01:10:40] FIM DA GRAVAÇÃO**

